



GT 09. Antropologia das Mobilidades

Coordenador(es):

André Dumans Guedes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Candice Vidal e Souza (PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Sessão 1

Debatedor/a: John Cunha Comerford (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Cristina Patriota de Moura (UNB - Universidade de Brasília)

Este grupo de trabalho pretende abrigar e pôr em relação pesquisas que tenham as mobilidades como objeto etnográfico. É nossa pretensão dialogar com trabalhos que abordem as formas, significados, experiências, narrativas e práticas de mobilidade em contextos os mais diversos: nas grandes metrópoles ou nas roças, nas matas ou águas, em aldeias ou instituições modernas, nas estradas e caminhos conectando ou localizando-se “entre” lugares como esses. Buscaremos assim aproximar trabalhos oriundos de distintos subcampos da antropologia: a etnologia indígena; a antropologia urbana ou feita nas cidades; os estudos do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais; a antropologia da economia, da política, do estado ou da ciência. Inspirados por certas abordagens pioneiras surgidas nos estudos sobre o campesinato brasileiro, iremos privilegiar investigações onde a análise dessas múltiplas formas e modalidades de movimento esteja orientada pelas reflexões, linguagens e formas expressivas de que se servem aqueles (ou aquilo) que se encontra em movimento. Sugerimos igualmente que os trabalhos apresentados contemplem questões referentes à articulação das mobilidades com a organização de coletivos, identidades e institucionalidades; às desigualdades nas capacidades diferenciais dos sujeitos de se mover (ou não se mover) decorrentes de diferenças de classe, gênero, geração, etnia ou filiação religiosa; ou às inovações e problemas metodológicos associados ao estudo das mobilidades.

?A semente plantada brotou: Somos Irmã Dorothy?. Migrações, conflitos de terra e assassinatos em Anapu-PA

Autoria: Edimilson Rodrigues de Souza (UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará)

A proposta desta comunicação é problematizar a transformação ritual da missionária norte-americana Dorothy Stang em mártir da floresta, ocorrido após seu assassinato em fevereiro de 2005, numa área rural de Anapu, oeste do Pará. Meu objetivo é demonstrar como a celebração do martírio desta liderança através da realização da Romaria da Floresta é motivo para reunir ativistas políticos e membros de movimentos sociais em torno de temas como luta pela terra e direito aos usos sustentáveis de recursos naturais. Estes conflitos têm sua origem com a intensificação dos fluxos migratórios de camponeses oriundos do nordeste e centro-sul do Brasil, estimulados pelos órgãos do Governo Estadual e Federal, a partir da década de 1970, como uma das estratégias da Programa de Integração Nacional (PIN), que se acentuam com a abertura de grandes estradas, e com a implantação projetos agropecuários e de extração de madeira, na mesma região. Agravados nos últimos 10 anos, com o fim das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira-PA. O principal critério de transformação do líder em mártir, ?dar a vida pelas vidas?, significa também doar sua força, sua capacidade de articulação política, fabricando formas de resistência imprevistas pelos opositores e mediando a relação entre coletivos e luta pela terra, uma vez que as razões que provocaram os assassinatos da liderança ainda estão presentes. Esta gramática atualiza formas de



resistência, diante de conflitos pungentes, ao transformar mártires da terra e da floresta em modelo de ação para novos enfrentamentos, seja com o Estado ou com grandes empreendimentos hidroelétricos e agropecuários. Um líder são muitos, uma vez que se replica em escala nos incontáveis caminhantes, que evocam sua presença durante a caminhada, e se reintegra em outros elementos vivos que compõem o cosmos, como árvores, plantas, água, terra e animais: a irmã Dorothy, por exemplo, já foi vista sob a forma duma onça próxima ao local do seu assassinato, no PDS Esperança.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: